

Esquerdas rejeitam antecipação

Geraldo Magela

Raimundo Paccó

A antecipação das eleições gerais, como sugere a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República, em estudo levantado sobre a crise do poder político conseqüente das denúncias de corrupção, é rejeitada até mesmo pela esquerda do Congresso Nacional. Numa reação enérgica à denúncia de corporativismo, os parlamentares defendem enfaticamente a conclusão dos trabalhos de investigação da CPI da máfia do orçamento, como legítima instituição para conduzir os inquéritos. "Não aceito qualquer tese de antecipação das eleições que possa parar o processo de apuração assumido pela CPI", afirmou o deputado Aloízio Mercadante, do PT de São Paulo.

A renúncia coletiva do Congresso Nacional, que não teria credibilidade para julgar a si próprio, e a convocação de eleições gerais, desviaria o foco das atenções do País e prejudicaria a punição dos acusados de corrupção no Congresso e Governo, segundo parlamentares. A hipótese beneficiaria, a curto prazo, essencialmente o PT, cujo candidato à presidente, Luís Inácio Lula da Silva, mantém-se à frente nas pesquisas. Entretanto, também o PT não admite uma interferência no calendário institucional das eleições e nem está interessado em estimular um movimento popular como "Diretas Já", advertiu o líder da bancada na Câmara, Deputado Vladimir Palmeira.

"Não se pode interromper um processo em curso sob a responsabilidade dos políticos e transferir esta responsabilidade ao eleitor", justificou o deputado petista Paulo Delgado (MG). "Seria melhor convocar eleições depois de terminados todos os inquéritos, quando o povo



Palmeira e Bisol defendem apuração da corrupção pelo Legislativo

terá informações necessárias para votar bem", disse o senador José Paulo Bisol (PSB-RS), coordenador, na CPI, da subcomissão da evolução patrimonial.

Polícia — Os parlamentares não aceitam a idéia, sugerida no estudo da SAE, de transferir o processo investigativo para a polícia, uma vez que o Congresso Nacional estaria investigando a si próprio. A cassação dos mandatos de deputados e senadores envolvidos no esquema de corrupção cabe ao Congresso, por se tratar de atentado ao decoro parlamentar, argumentam. Para o deputado Aloízio Mercadante, integrante da CPI, o Congresso está mostrando ter condições de apurar



todas as denúncias com vigor e isenção, e em seguida vai encaminhá-las ao Judiciário.

O senador Cid Sabóia de Carvalho (PMDB-CE), jurista, considerou uma "idiotice" a sugestão de renúncia coletiva para saída da crise política. "Não há necessidade de convocar eleições, porque as instituições estão funcionando", ressaltou. Os deputados Ernesto Gradella (PSTU-SP) e Maria Luíza Fontenelle (sem partido) iniciam nesta semana uma caçada por assinaturas para conseguirem a tramitação de sua proposta de emenda à Constituição, apresentada há quinze dias, convocando eleições gerais para fevereiro de 94.